

# Análise e Financiamentos das Políticas Públicas

Pedro Fauth Manhães Miranda  
(Organizador)



Pedro Fauth Manhães Miranda  
(Organizador)

# Análise e Financiamentos das Políticas Públicas

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A532	Análise e financiamentos das políticas públicas [recurso eletrônico] / Organizador Pedro Fauth Manhães Miranda. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-459-7 DOI 10.22533/at.ed.597190  1. Finanças públicas – Brasil. 2. Políticas públicas – Brasil. I.Miranda, Pedro Fauth Manhães.  CDD 336.81
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Políticas públicas são algo onipresente na vida de qualquer pessoa, ainda que por meios bastante diversos, a depender dos objetivos do Estado em que tal indivíduo se encontre. Mas o fato é que, do bem-estar escandinavo ao liberalismo neozelandês, a clara percepção sobre políticas públicas é indispensável para a estabilidade de qualquer Estado. Inclusive, em se tratando do Brasil, o eterno país do futuro – futuro este que parece, a cada dia, mais inatingível.

Assim, muito se fala, muito se ouve e muito se estuda sobre políticas públicas, mas a verdade é que poucas são as certezas sobre elas, porque, em grande parte das vezes, suas análises ficam restritas ao mundo acadêmico e/ou àqueles que já possuem um conhecimento prévio, mais aprofundado, sobre o assunto, e conseguem interpretar melhor os dados existentes. Neste sentido, a iniciativa deste livro, específico sobre a temática das políticas públicas e disponibilizado no acessível formato de e-book, é de inigualável importância.

E, vale ressaltar, a necessidade de um debate responsável e interdisciplinar sobre o assunto é ainda mais urgente nos dias de hoje. Isso porque, atualmente, enxerga-se uma evidente ascensão de críticas (infundadas, na sua maioria) direcionadas não apenas às políticas públicas como um todo, mas também à própria política e à noção de público. E o contraditório é que estes juízos negativos provêm, em geral, de países cujo desenvolvimento socioeconômico se encontra aquém da capacidade de, até mesmo, erradicar a extrema pobreza. Diante desta conjuntura, políticas direcionadas, bem debatidas e formuladas por um público competente e ciente de suas responsabilidades, são cada vez mais imprescindíveis e, ao mesmo tempo, mais rechaçadas.

Deste modo, a realidade brasileira se coloca como obstáculo ao desenvolvimento das políticas públicas como instrumento de mudança emancipatória. A política, em específico, é alvo de desaprovação generalizada, em parte por, geralmente, se voltar aos interesses de poucos, mas também por ser composta de representantes que, contraditoriamente, são pouco representativos da própria população brasileira. Isso sem mencionar os casos de corrupção e outros desvios de conduta bastante reprováveis. Porém, mesmo que os níveis de confiança em relação aos representantes políticos sejam os menores em muito tempo, o cidadão brasileiro permanece na mesma configuração de uma democracia meramente delegativa. Em outras palavras, a cada dois anos votamos nos candidatos “menos piores” e esperamos que, miraculosamente, o país tome seu rumo para o mítico futuro do pleno desenvolvimento – que, vale apontar, traduz-se no imaginário do consumo desenfreado e satisfação das necessidades menos básicas e mais ostentosas do ser humano.

Não obstante, qualquer que seja a meta do cidadão ou cidadã nacional, seria preciso que ele(a) compreendesse a própria cidadania não somente a partir do sufrágio eleitoral – que é, sem dúvida, fundamental, mas não reflete a verdadeira essência

de um regime democrático. A democracia se faz, na verdade, pela atuação direta do povo, de modo a colocar o cidadão na postura ativa de sujeito político, que, conforme se vê atualmente, manifesta-se em passeatas, mas também reconhece a premência de estabelecer uma ponte entre si e seus representantes, em formar coletivos com disposição para atuar junto à sociedade e, principalmente, saber reconhecer no outro, que pensa de forma diferente, também um sujeito político necessitado de boas políticas públicas.

Neste ponto, da caracterização do outro como inimigo, a partir de suas diferenças ideológicas, ao invés de um parceiro, pelas suas semelhanças humanas, tem-se, como consequência, a negação não somente da política, mas também da sua própria condição pública. Afinal, a política é formulada, cotidianamente, por um público e a ele é dirigida. E se este público não se reconhecer como sujeito participante dela, tanto pior para ele, que dela será apartado, mas ainda precisará da política para viver no Brasil, um Estado que, como os demais, se constrói a partir da política – para o bem e para o mal.

O fato é que a ideologia neoliberalizante retirou do povo o seu caráter coletivo e cívico, impingindo-lhe uma noção individualista e anti-estatal. É verdade que a roda viva cotidiana nos leva a trabalhar para comer e dormir, também nos obrigando a comer e dormir para trabalhar, restando, pouco (ou quase nada) de tempo e disposição para pensarmos a nossa própria realidade política, bem como nossa inserção nesta enquanto público.

Não obstante, verdades absolutas como “Estado mínimo”, “meritocracia” e mesmo o lugar-comum “política é coisa suja” devem ser, constantemente, postos em cheque, especialmente por quem mais sofre as consequências deste pensamento. É muito comum, por exemplo, ouvir que as cotas educacionais e o bolsa-família são políticas eleitoreiras, feitas somente para angariar votos. Contudo, à noção de que as políticas públicas criam uma população subserviente e clientelista, deve-se insurgir um outro questionamento, o qual, em primeiro lugar, coloque em pauta o que levou estas pessoas a necessitarem, tanto assim, de políticas que garantam um mínimo de possibilidades.

A verdadeira liberdade não se concretiza na mera escolha do que fazer a seguir. Pode-se argumentar que o morador de rua que, por exemplo, decide debaixo de qual viaduto irá dormir esta noite tem liberdade, no sentido estrito da palavra. Mas, na realidade, suas escolhas estão condicionadas pela sua condição socioeconômica desumana, que lhe permite, enfim, uma existência apenas biológica, destituída de qualquer aspiração mais construtiva, que não a de somente (sobre)viver mais um dia.

Esta garantia, de um mínimo de possibilidades passíveis de serem concretizadas em uma vida digna (lembrando que a dignidade humana e a cidadania são fundamentos constitucionais do nosso Estado Democrático de Direito), não é fácil de ser atingida. Mas todos conhecem um elemento básico para tal consecução: a tão (mal)afamada educação de qualidade.

Não por coincidência, quatro dos artigos que compõem o presente livro tratam, diretamente, sobre educação, questionando, em geral, a formação dos brasileiros, por meio de interessantes pesquisas interdisciplinares, a partir de olhares diferenciados e bastante críticos. Somando-se a eles, os demais artigos também contêm algum caráter educativo, pois nos permitem aprender mais sobre situações nem sempre discutidas no âmbito das políticas públicas, como o ativismo animal, a atuação dos profissionais da saúde e a bissexualidade.

Neste sentido, o presente livro, certamente, se coaduna com as críticas ora brevemente apresentadas, por trazer novas perspectivas, sugestões e críticas às políticas públicas desenvolvidas em solo nacional. Pela leitura dos artigos que o compõem, percebe-se a necessidade de se questionar tanto a política quanto o público que, ao mesmo tempo, a propõe e é por ela atingido.

As políticas públicas são nossas – e, portanto, suas, caro leitor, assim como o conhecimento adquirido pela leitura deste livro. Que ele possa, por fim, trazer as melhorias necessárias para que o tal futuro seja, finalmente, atingido, mas de forma a trazer benesses humanamente dignas para todos que compõem o público.

Pedro Fauth Manhães Miranda  
Doutorando em Direito (PUCPR)

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ATUAÇÃO DOS ATIVISTAS PELOS DIREITOS DOS ANIMAIS NO AMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5971901</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>24</b>
A CONDUTA DO ENFERMEIRO DIANTE DO ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
Emanuela Souza Pereira	
Kaline Alves de Sousa	
Elias Rocha de Azevedo Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5971902</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>32</b>
BISSEXUALIDADE E GÊNERO: INVISIBILIDADES VIVÍVEIS	
Fernanda Gracielle Aguiar Zonta	
Danielle Jardim Barreto	
Claudio Leão de Almeida Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5971903</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
DESEMPENHO DE EGRESSOS DA MODALIDADE A DISTÂNCIA EM CONCURSO PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE PARANAGUÁ/PR	
Cléber dos Santos Gonçalves	
Maria Luisa Furlan Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5971904</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>52</b>
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AGENDA NEOLIBERAL - O CASO DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA EM MINAS GERAIS	
Vicente Batista dos Santos Neto	
Terezinha Severino da Silva	
Maria Célia Borges	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5971905</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
RETRATO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NA REDE FEDERAL	
Vanessa Battestin	
Denio Rebello Arantes	
Simone Costa Andrade dos Santos	
Miguel Fabricio Zamberlan	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5971906</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>82</b>
UMA PARTILHA DE SABERES ENTRE O COLÉGIO PROF. EDNA MAY CARDOSO E A UNIVERSIDADE-PIBID-FILOSOFIA/UFMS: OLÍMPIADAS FILOSÓFICAS	
Sandra Isabel da Silva Fontoura	
Emilana Soares Ziani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5971907</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>91</b>



## RETRATO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NA REDE FEDERAL

### **Vanessa Battestin**

Ifes, Cefor  
Vitória, ES

### **Denio Rebello Arantes**

Ifes, Reitoria  
Vitória, ES

### **Simone Costa Andrade dos Santos**

Ifma  
São Luis, MA

### **Miguel Fabricio Zamberlan**

Ifro, campus Porto Velho Zona Norte  
Porto Velho, RO

**RESUMO:** A presente pesquisa tem como objetivo apresentar o retrato da institucionalização da EaD na Rede Federal de Educação Profissional. A pesquisa baseou-se nas informações de um Grupo de Trabalho criado pelo Conselho Nacional de Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), com representação de instituições das cinco regiões do país. O objetivo do Grupo de Trabalho era subsidiar a Rede Federal com informações e propostas sobre o processo de institucionalização do EaD, permitindo-lhe implementar melhorias e fazer propostas ao governo para consolidar o processo. Como metodologia do presente estudo, utilizou-se o procedimento técnico de

levantamento, por meio de um questionário com toda a Rede Federal, que foi respondido de forma significativa por 38 das 41 instituições. Como resultado, devido à falta de diretrizes do MEC e do Conif, a Rede apresenta grande diversidade na institucionalização da EaD, há carência de cursos institucionalizados, forte dependência de programas de desenvolvimento externo, necessidade de definições de estrutura e padrões, entre outras diferenças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Educação a Distância; Institucionalização da EaD; Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

**ABSTRACT:** The present research aims to present the portrait of the institutionalization of EaD in the Federal Network of Professional Education. The research was based on information from a Working Group created by the National Council of Institutions of the Federal Network of Vocational, Scientific and Technological Education (Conif), with representation of institutions from the five regions of the country. The objective of the Working Group was to subsidize the Federal Network with information and proposals on the process of institutionalization of the EAD, allowing it to implement improvements and make proposals to the government to consolidate the process. As the methodology of the present study, the technical procedure of survey was used,

through a questionnaire with the entire Federal Network, which was answered in a significant way by 38 of the 41 institutions. As a result, due to the lack of MEC and Conif guidelines, the Network presents great diversity in the institutionalization of EAD, lack of institutionalized courses, strong dependence on external development programs, need for definitions of structure and standards, among other differences.

**KEYWORDS:** Education; Distance Education; EaD institutionalization; Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education.

## 1 | INTRODUÇÃO

A educação a distância(EaD) ganhou espaço no Brasil nos últimos anos, especialmente devido a programas de fomentos federais como a Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituída pelo decreto no 5.800 de 08 de junho de 2006 (BRASIL, 2006), e a Rede e-Tec Brasil (e-Tec), pelo decreto 7.589 de 26 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011). Porém, a partir de 2014 tais programas tiveram considerável redução de recursos, com mudanças de legislações, diminuição da quantidade de bolsas e de recursos de custeio, congelamento de valores de bolsas, entre outros, impactando diretamente na oferta de cursos a distância pelas instituições públicas em todo território nacional.

Algumas instituições perceberam a necessidade de se iniciar um processo de “institucionalização da EaD” há bastante tempo, para se prepararem para continuar a oferta de cursos a distância e para apoio aos cursos presenciais com o uso de tecnologias, mesmo quando não houvesse mais fomento externo (oriundo dos programas supracitados, à parte do financiamento regular) ou quando este estivesse reduzido. Porém, o grande impulso para maior parte das instituições veio com o quadro de dificuldades a partir de 2014.

Segundo Nunes e outros (2015), a institucionalização da EaD traz diversos desafios tais como: a necessidade de normatização da distribuição de carga horária docente, visando contemplar atividades inerentes à EaD; metodologias específicas para EaD num contexto sem fomento externo, especialmente fazendo uso das sedes das unidades acadêmicas como polos de apoio às atividades presenciais; novos modelos de financiamento, de modo a contemplar as despesas na própria matriz orçamentária da instituição; entre outros.

Na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (que se será chamada aqui de Rede), algumas ações relativas à institucionalização na EaD têm sido realizadas por meio de grupos de trabalho específicos (GT): Em 2010, um GT de institucionalização da EaD instituído pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) gerou a proposta de regulamentação da EaD na Rede, ainda bastante preliminar; em 2012, outro GT, do Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE)/Conif, gerou a proposta de Institucionalização da EaD na Rede, propondo um modelo de campus para os núcleos gestores de

EaD, que foi aprovada no Conif, mas não foi aprovada na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação; nos anos seguintes não houve avanços no processo de institucionalização, apenas discussões isoladas no contexto da UAB ou e-Tec, em geral versando mais especificamente sobre formatos de fomento; em 2016, a discussão foi retomada por meio do GT de Institucionalização da EaD da Setec, que gerou uma proposta de matriz orçamentária da EaD, encaminhada para o Fórum de Planejamento (Forplan)/Conif, mas que foi encerrado na mudança do governo; porém os trabalhos foram continuados por um novo GT estabelecido pelo FDE/Conif no mesmo ano, cujos resultados constituíram objeto de estudo do presente artigo; ainda em 2016 foi também iniciado um GT Institucionalização específico para a UAB, demandado pela Diretoria de Educação a Distância da Capes.

Esse artigo visa apresentar um dos resultados do trabalho realizado pelo GT de Institucionalização da EaD do FDE/CONIF, a saber: o retrato da institucionalização da EaD na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

## 2 | METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos técnicos, a presente pesquisa define-se como “levantamento” que, Segundo Gil (2002, p.50), “procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados”.

Os dados da pesquisa foram obtidos a partir dos resultados dos trabalhos do GT de Institucionalização da EaD do FDE/CONIF, que atuou entre maio de 2016 e agosto de 2017, por meio de atividades presenciais e a distância. O GT era composto por dirigentes de EaD e Pró-reitores de ensino da Rede Federal, das cinco regiões do Brasil.

O Público-alvo da pesquisa foi o conjunto de instituições da Rede, ou seja, 41 instituições, sendo: 38 Institutos Federais (IFs), dois Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II.

O levantamento foi realizado por meio de formulário web, que foi divulgado aos participantes por e-mail, grupo de WhatsApp e pelos seus respectivos reitores e pró-reitores de ensino.

O GT realizou a coleta dos dados e, após tabulação e análise, apresentou os resultados aos pró-reitores de ensino, em reunião do FDE, e aos reitores, em reunião do Conif, sendo posteriormente enviado à todas instituições que compõem a Rede.

## 3 | RESULTADOS

O GT de Institucionalização da EaD do FDE/Conif enviou uma pesquisa a

todas as instituições que integram a Rede Federal, em julho de 2016, por meio de um formulário web (<https://goo.gl/forms/v3ktHrc8BEEemRoMU2>), com o objetivo de identificar a situação da institucionalização da EaD nas instituições. As perguntas versavam sobre: estrutura física e humana dos núcleos gestores de EaD, gestão de recursos financeiros, metodologias e esforço docente.

Das 41 instituições que compõem a rede, 38 responderam à pesquisa (93%), o que é um retrato bastante significativo, aproximando-se do que Gil (2002, p.51), define como Censo: “quando o levantamento recolhe informações de todos os integrantes do universo pesquisado”. A seguir são apresentadas as perguntas da pesquisa e os respectivos resultados.

## 4 | ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### 4.1 Tipo de estrutura da unidade que gerencia as ações de EaD

O objetivo aqui foi identificar como estavam estruturados os núcleos que gerem a EaD nas instituições do ponto de vista da estrutura organizacional. Os resultados (Gráfico 1) mostram que são: um campus, cinco Centros de Referência, 21 diretorias, sete coordenações, quatro são outros tipos.

O único núcleo gestor de EaD que funciona como campus é o do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Porém, é válido destacar que apesar de ter a função de gestor de EaD, trata-se de um campus convencional que precisa cumprir as mesmas metas que um outro campus, inclusive com a oferta de cursos presenciais. O Ministério da Educação ainda não autorizou nenhum campus para atuar exclusivamente com oferta de cursos EaD.

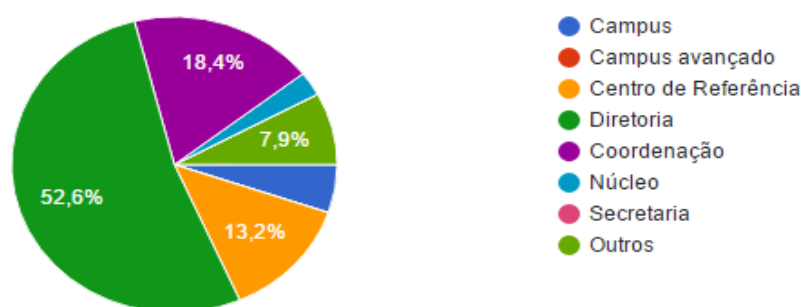


Gráfico 1: Classificação da estrutura dos Núcleos Gestores de EaD na RFEPT

### 4.2 Localização, na estrutura organizacional, da unidade de EaD

O objetivo aqui foi identificar o grau de autonomia da unidade que gere a EaD ou a que estrutura está subordinada. Como se pode ver no Gráfico 2, a maioria é subordinada à pró-reitoria de ensino (61%) ou à reitoria (37%). A unidade com maior autonomia é o campus, ainda que os campi também sejam subordinados à reitoria,

tem maior grau de independência.

O fato da maioria estar subordinada à pró-reitoria de ensino demonstra que muitas instituições concebem a EaD como diretamente ligada ao ensino e distante de outras vertentes como a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento institucional. Porém, 37% já ampliaram essa visão e subordinaram seus núcleos gestores diretamente à reitoria.

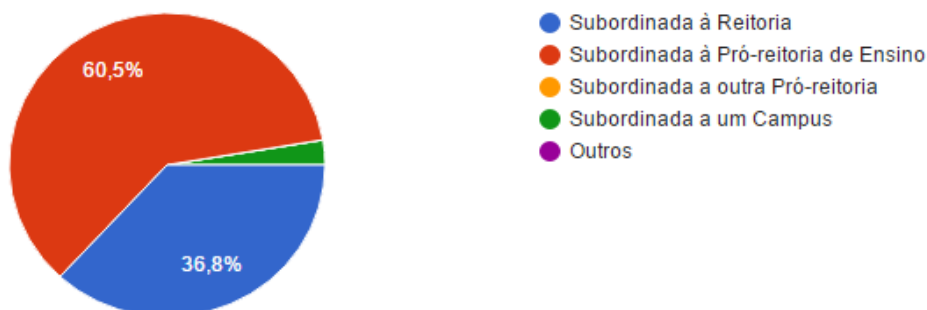


Gráfico 2: Vínculo dos Núcleos Gestores de EaD no organograma institucional

#### 4.3 Estrutura Física da unidade de EaD (mais de uma resposta possível)

Esta pergunta visou identificar como o núcleo gestor de EaD estava estruturado fisicamente e quão independente era de outras estruturas físicas. A partir do Quadro 1, pode-se perceber que apenas dois Núcleos Gestores com sede própria e exclusiva, nove estão em local exclusivo, porém alugado ou cedido e os demais em local compartilhado (campus ou reitoria). O resultado demonstra ainda uma grande dependência de outros setores da instituição.

Opções	Respostas
Em local exclusivo (sede própria)	2 (5,3%)
Em local exclusivo (alugado)	9 (23,7%)
Em local compartilhado com a reitoria	20 (52,6%)
Em local compartilhado com um campus	7 (18,4%)
Outros	5 (13,2%)
Situação precária de espaço físico	
Alugado e em espaço cedido pela prefeitura	
Sede própria construída dentro de um campus	
Anexo à reitoria alugado	
Colégios técnicos vinculados à UFPI	

Quadro 1: Sede dos Núcleos Gestores de EaD

#### 4.4 Estrutura física de EaD nos campi

Conforme Quadro 2, das 38 instituições respondentes, 29 usam alguns dos seus campi como polos e 19 possuem algum tipo de estrutura de EaD em alguns campi. Esse resultado revela um elemento importante no processo de institucionalização da EaD, uma vez que as unidades acadêmicas constituídas como polo de apoio presencial, geralmente, apresentam uma infraestrutura mais adequada do que os polos mantidos por outras instâncias. Além disso, a equipe de pessoal disponível nas unidades-polo, propicia a integração entre as unidades acadêmicas e, conseqüentemente, favorece a execução dos cursos com o aproveitamento da equipe de professores e técnico-

administrativos e a redução de custos com deslocamentos. Ainda há que se destacar que a cultura da EaD se difunde nos campi, tornando-se uma cultura institucional.

Opções	Respostas
Estrutura de Polo de apoio presencial em alguns campi	16 (42,1%)
Estrutura de Polo de apoio presencial em todos os campi	13 (34,2%)
Estrutura de apoio à EaD em alguns campi	15 (39,5%)
Estrutura de apoio à EaD em todos os campi	4 (10,5%)
Não possui	1 (2,6%)

Quadro 2: Estrutura de Polo ou de apoio à EaD instalados nos campi da instituição.

#### 4.5 Caracterização do tipo de fomento na oferta de cursos EaD

A partir do Gráfico 3, observa-se que a maioria das instituições oferta cursos pela Rede e-Tec (33), 13 ofertam pela UAB e 11 ofertam cursos sem fomento externo. Esse resultado aponta para as primeiras experiências de institucionalização da EaD na Rede. Além disso, seis núcleos gestores de EaD, que são unidades acadêmicas, oferecem não apenas cursos a distância, mas também cursos presenciais, o que demonstra um caminho no sentido da educação híbrida, como preconiza Bacich e Moran (2015).

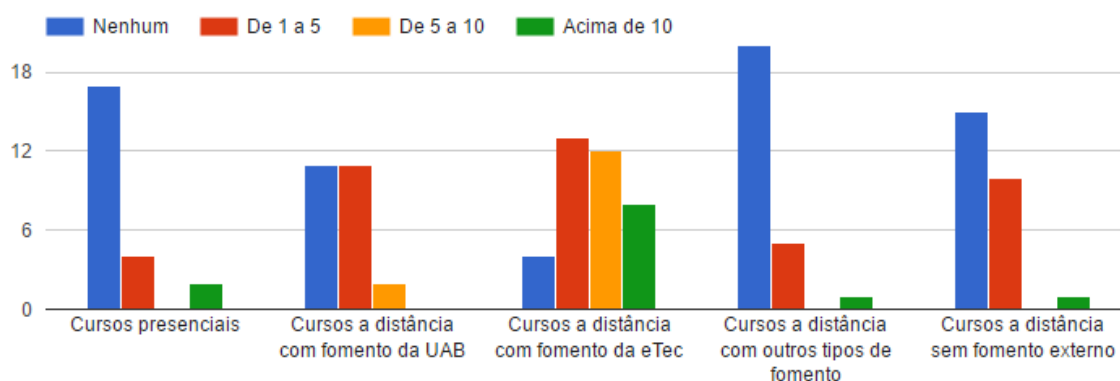


Gráfico 3: Caracterização do fomento na oferta de cursos.

#### 4.6 Quantidade de cursos a distância por tipo e nível ofertados pela instituição

Como se pode observar no Gráfico 4, há concentração maior de oferta de cursos técnicos, Pós lato sensu e FIC a distância. No tocante à oferta de cursos técnicos, o resultado apresentado está alinhado com a característica das instituições da Rede, cuja lei de criação (Lei 11892/2008), em seu artigo oitavo, preconiza que a oferta mínima deste tipo de curso seja 50% do total de vagas ofertadas pela instituição (BRASIL, 2008). A quantidade de cursos FIC indica uma tendência atual de oferta de cursos de curta duração, inclusive cursos MOOC (Massive Open Online Course), para

atender a demandas pontuais e específicas. Vê-se, porém, que é preciso expandir em outros tipos e níveis, como por exemplo nas Pós Stricto Sensu.

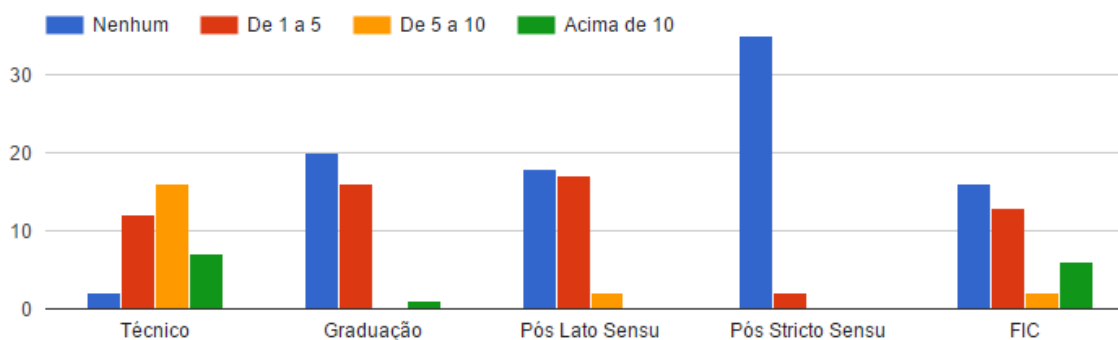


Gráfico 4: Demonstrativo do número de cursos ofertados por tipo e nível.

#### 4.7 Responsabilidade pela oferta de cursos de EaD

Conforme demonstrado no Gráfico 5, em seis instituições a oferta de cursos a distância ocorre exclusivamente nos campi, em oito instituições a oferta dos cursos concentra-se na unidade gestora de EaD, e na grande maioria (24 instituições), a oferta ocorre tanto nos campi quanto na unidade gestora de EaD. Apesar de se tratar de uma escolha da instituição, considera-se que o fato da maioria adotar uma possibilidade mais aberta de responsabilidade de oferta, oportuniza a maior expansão da EaD.

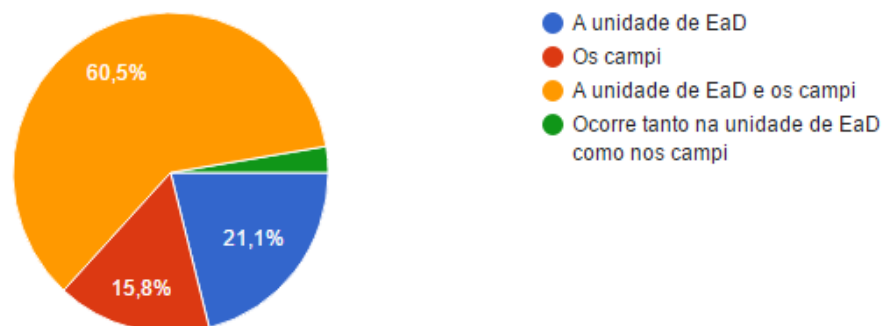


Gráfico 5: Unidades acadêmicas ofertantes dos cursos EaD na Rede EPT.

#### 4.8 Profissionais do quadro efetivo que atuam na unidade de gestão da EaD

Uma das características do processo de institucionalização é a alocação de servidores efetivos nos processos e fluxos correspondente às ações de educação a distância. O Gráfico 6 apresenta os resultados de alguns dos perfis profissionais envolvidos com a EaD. Como se pode verificar, ainda é incipiente a alocação de profissionais efetivos para atividades inerentes à EaD, havendo maior expressão nos pedagogos e técnicos em assuntos educacionais. Destaca-se que estes profissionais em geral já fazem parte do quadro das instituições, não sendo necessário realizar concurso específico. Por outro lado, profissionais tais como designers educacionais e diagramadores exigem novas contratações e mesmo novos cargos, o que torna

menos comuns encontrar-se tais profissionais nas instituições.

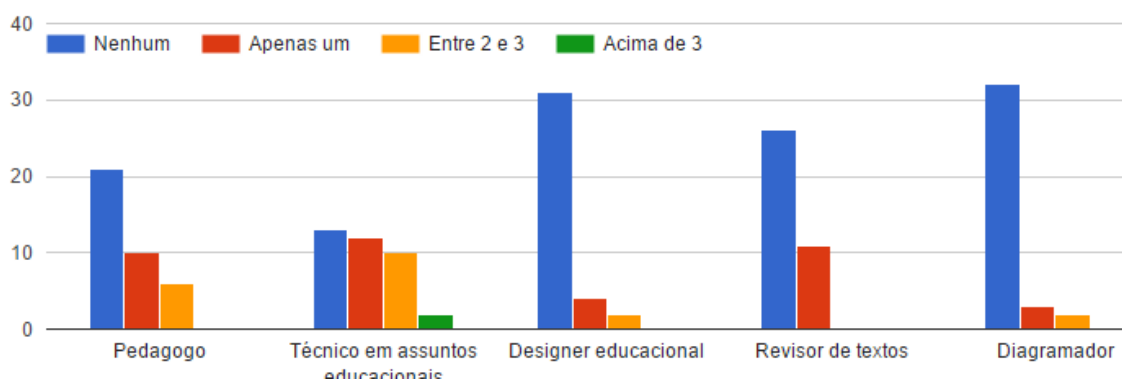


Gráfico 6: Profissionais do quadro efetivo que atuam na unidade de gestão de EaD

#### 4.9 Quantidade de funções destinadas à unidade gestora de EaD

As funções possibilitam, no processo de institucionalização da EaD, estruturar um organograma das suas unidades gestoras condizente com as ações relativas à EaD, em particular as necessárias para o bom desenvolvimento na oferta de cursos. Todavia, da mesma forma que no item anterior, ainda são poucas as funções destinadas a esta finalidade, havendo predominância de uma única CD3, em geral destinada ao gestor do núcleo. Apenas uma instituição possui CD2 (IFRO, que é campus), as demais funções na rede federal são divididas conforme segue: 24 possuem CD3, 12 possuem CD4, 18 possuem FG1, 16 possuem FG2 e 03 possuem FG4.

Quantidade de funções destinadas à unidade de EaD

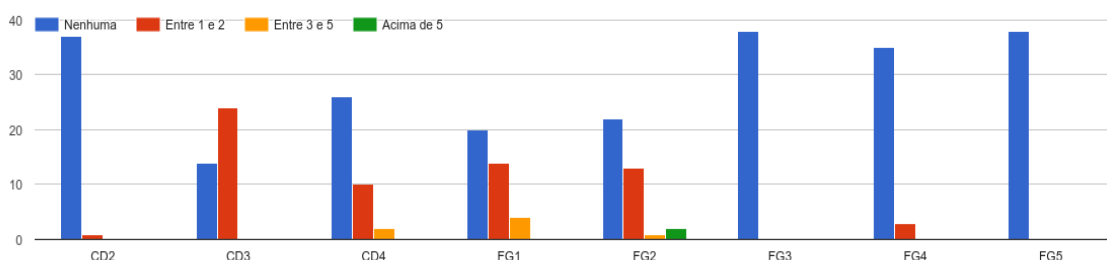


Gráfico 7: Quantidade de funções destinadas a unidade de EaD

#### 4.10 Distribuição de recursos humanos

No gráfico 8 se pode verificar como é distribuída a quantidade de servidores efetivos, bolsistas e estagiários atuando nos núcleos gestores de EaD e nos polos nos campi.

Ao se considerar o processo de institucionalização, é possível observar que existem duas instituições que não possuem servidores efetivos no núcleo gestor de EaD, o que compromete este processo. Nas demais, 17 possuem até cinco, nove



possuem entre 6 e 10, cinco possuem entre 11 e 20 e quatro possuem mais de 20.

Com relação aos polos, 16 instituições possuem até 05 servidores efetivos, o que corrobora com o Gráfico 05 onde as ofertas ocorrem em geral tanto na unidade EaD como nos polos. O resultado mostra que o envolvimento de servidores efetivos nos polos contribui para o processo de oferta de cursos institucionalizados.

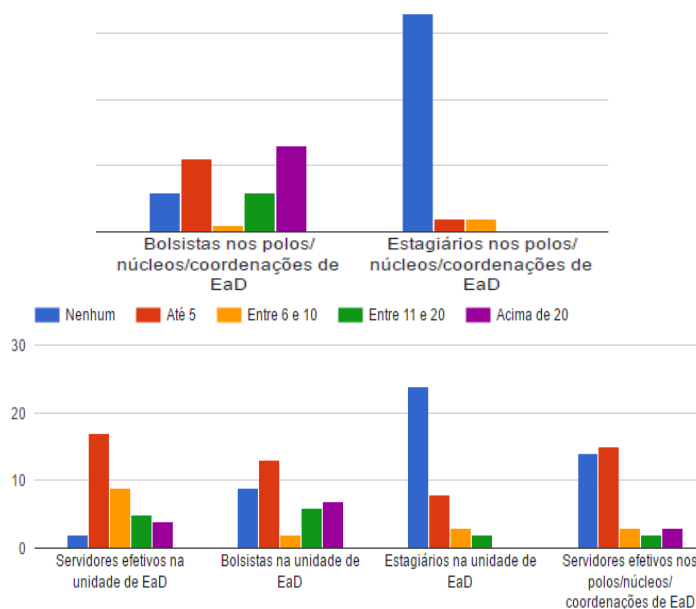


Gráfico 8: Distribuição de recursos humanos

#### 4.11 Registro das matrículas dos alunos de EaD (mais de uma resposta possível)

Com relação às matrículas, percebe-se que maioria (82%) é realizada no campus ofertante. Porém, os núcleos gestores de EaD que são unidades acadêmicas, também possuem matrículas de alunos e há ainda outras formas de matrículas, como nos polos. Lembrando que o local do registro de matrícula impacta na destinação do recurso na matriz orçamentária.

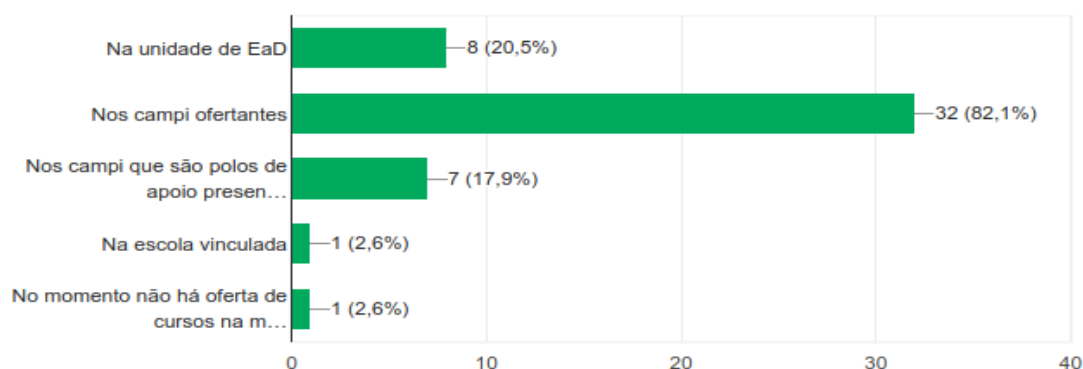


Gráfico 9: Registro das matrículas dos alunos EaD

#### 4.12 Gestão de recursos financeiros dos cursos (mais de uma resposta

## possível)

Percebe-se que maioria na maioria das instituições, o núcleo gestor de EaD gerencia apenas os recursos de seus próprios cursos, ficando a gestão dos demais com os campi ofertantes. Entretanto, como demonstrado no Quadro 3, uma vez que a instituição poderia marcar mais de uma opção, também existem modelos mistos, podendo-se perceber que o formato de oferta (própria ou com fomento) influencia na forma de gestão de recursos.

Opções	Respostas
A unidade de EaD gerencia os recursos de seus cursos próprios com e sem fomento externo	22 (57,9%)
A unidade de EaD gerencia os recursos de todos os cursos a distância com fomento da instituição. Os cursos sem fomento são gerenciados pelos campi.	10 (26,3%)
A unidade de EaD gerencia os recursos de todos os cursos da instituição sem fomento externo.	5 (13,2%)
Os campi gerenciam os recursos de seus cursos a distância com e sem fomento externo.	14 (36,8%)

Quadro 3: Gestão dos recursos financeiros dos cursos

## 5 | METODOLOGIA

### 5.1 Serviços prestados pela unidade de EaD (mais de uma resposta possível)

Os serviços mais comumente prestados pelo núcleo gestor de EaD à instituição são com relação à administração do ambiente virtual de aprendizagem (90%) e à produção de materiais (vídeos, salas no AVA e outros materiais didáticos). No Quadro 4 são apresentados os resultados de forma mais completa.

Opção	Resposta	Opção	Resposta
Administração AVA e outros softwares	34 (89,5%)	Apoio aos 20% cursos presenciais	23 (60,5%)
Produção de softwares educativos e OA	14 (36,8%)	Apoio ao uso de tecnologias na Educação	30 (78,9%)
Produção de videoaulas e outros vídeos	25 (65,8%)	Apoio na elab. De projetos de cursos EaD	31 (81,6%)
Produção de material didático	25 (65,8%)	Produção de outros materiais	21 (55,3%)
Produção de salas para AVA	28 (68,4%)	Atividades de Pesquisa	20 (52,6%)
Transmissões ao vivo	9 (23,7%)	Atividades de Extensão	12 (31,6%)
Oferta de cursos	26 (68,4%)	Estúdio de gravação	23 (60,5%)
		Outros	6 (15,8%)

Quadro 4: Gestão dos recursos financeiros dos cursos

## 5.2 Profissionais que atuam nos cursos a distância que não possuem fomento externo (mais de uma resposta possível)

A equipe de um curso sem fomento externo é muitas vezes diferenciada quando comparada a um curso com fomento externo, havendo aqui preponderância de coordenadores de curso, pedagogos e professores conteudistas, como se pode ver no Quadro 5. Profissionais como coordenador de tutoria, tutor presencial e de laboratório e designer educacional são pouco citados.

Opção	Resposta
Coordenador de Curso	12(48%)
Coordenador de Tutoria	2 (8%)
Coordenador de Polo	4 (16%)
Coordenador de TCC	1 (4%)
Professor Conteudista	7 (28%)
Professor Formador	11 (44%)
Tutor Presencial	2 (8%)
Tutor a Distância	7 (28%)
Tutor de Laboratório	2 (8 %)
Pedagogo	14 (56%)
Designer Educacional	1 (4%)
Secretário de Curso	9 (36%)
Outros	6 (24%)

Quadro 5: Profissionais que atuam nos cursos a distância sem fomento externo

## 5.3 Em quantos polos, em média, um curso sem fomento externo é ofertado? (35 respostas)

O Quadro 6 permite uma compreensão sobre os desafios do processo de institucionalização da EaD. Pode ser observado que 23% das instituições ofertam cursos com fomento próprio em apenas um polo. Tal situação está relacionada à dificuldade de alocar servidores efetivos nos polos ou unidades de gestão, em especial os profissionais que assumem a atividade de tutoria que tem seu vínculo com o polo. Pelas características de oferta de um curso e dos arranjos produtivos locais, a atividade de tutoria torna-se sazonal, dificultando alocar servidores efetivos.

Opção	Respostas
Apenas 1	8 (22,9%)
Entre 2 e 3	2 (5,7%)
Entre 4 e 5	2 (5,7%)
Entre 6 e 10	1 (2,9%)
Acima de 10	2 (5,7%)
Não se Aplica	19 (54,3%)
Outros	1 (2,9%)
Muito variável	

Quadro 6: Polos em que são ofertados cursos sem fomento externo

## 5.4 Esforço Docente

### 5.4.1 Possui resolução que define o esforço docente para EaD? (36 respostas)

O Gráfico 10 demonstra quantas instituições possuem resolução que define o esforço docente para EaD. Das instituições respondentes, 76% ainda não possuem regulamentação interna sobre atividades de EaD. Este baixo grau de regulamentação demonstra o estado incipiente de institucionalização da EaD na Rede, uma vez que a instituição ainda não reconhece nas atribuições docentes regulares as atividades de EaD. Isso dificulta enormemente a oferta de cursos sem fomento externo.

Nesta questão também estava a solicitação que as instituições enviassem a resolução existente para o GT. Cinco 5 instituições enviaram seus regulamentos: IFES, IFRO, IF Goiano, IFRN, IFNMG.

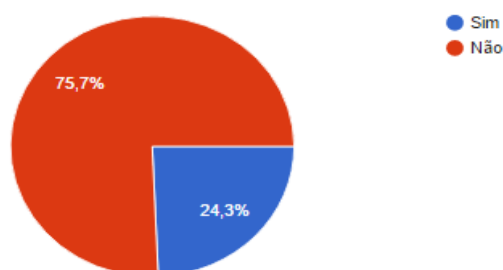


Gráfico 10: Resolução para esforço docente para EaD.

### 5.4.2 Qual a atual relação aluno/professor formador para cursos com fomento externo? (32 respostas)

Em razão da oferta de cursos com fomento externo permitir flexibilidade de expansão com um maior número de polos, por meio da contratação de bolsistas, percebe-se que a relação aluno X professor dos cursos a distância com fomento externo é maior que 20 na maior parte das instituições.

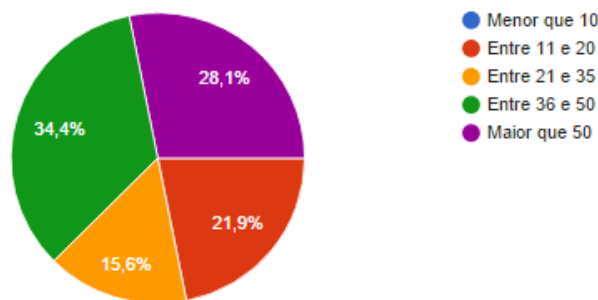


Gráfico 11: Relação aluno/professor formador para cursos com fomento externo

#### 5.4.3 Qual a atual relação aluno/professor formador para cursos sem fomento externo? (22 respostas)

No Gráfico 12, pode-se ver que nos cursos sem fomento externo, por sua vez, aparece um número significativo de instituições (41%) em que essa relação é menor que 20, uma vez que a oferta ocorre para um quantitativo menor de estudantes. Isso parece decorrer da dificuldade de alocar docentes para atuar com a tutoria, dada sua situação sazonal.

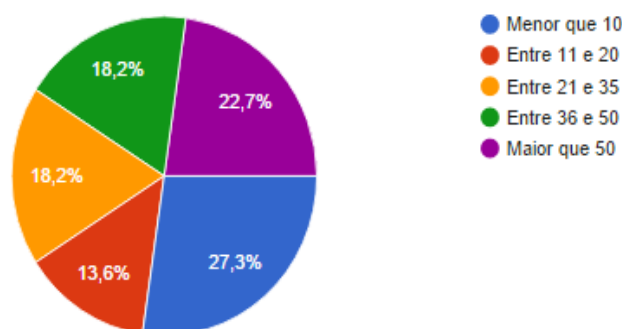


Gráfico 12: Relação aluno/professor formador para cursos sem fomento externo

#### 5.4.4 Qual a relação aluno/tutor a distância utilizada na instituição para cursos sem fomento externo? (24 respostas)

Com relação ao atendimento de alunos pelos tutores ou os próprios professores em cursos sem fomento externo, apresentado no Gráfico 13, percebe-se que em apenas 12,5% das instituições um tutor atende mais que 50 alunos, estando a maioria delas com esse número abaixo de 50. Este dado reforça que além das instituições da Rede estarem caminhando para institucionalizar a EaD, elas o fazem também preocupadas em manter a qualidade de seus cursos, neste caso específico, mantendo um atendimento adequado aos estudantes. Um número muito grande de alunos por tutor implicaria em perda nesta qualidade de atendimento, ainda que isso seja possível para determinados níveis e tipos de cursos.

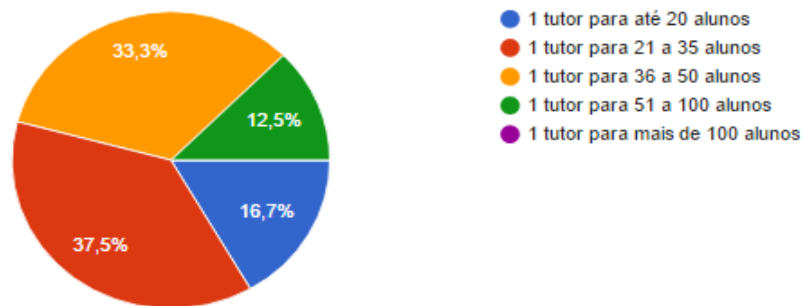


Gráfico 13: Relação aluno/tutor a distância para cursos sem fomento externo

Na Tabela 3 é apresentado um resumo de informações relevantes da pesquisa. Como se pode observar, o grau de institucionalização da EaD nas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é muito distinto, tendo desde instituições incipientes neste processo, várias em situação mediana e algumas poucas bem mais avançadas, com boa quantidade de administrativos e docentes efetivos e oferta de cursos a distância sem fomento externo.

Tipo de estrutura	1 campus, 5 Centros de Referência, 21 diretorias, 7 coordenações, 4 outros. Maioria (23) subordinada à Pró-reitoria de ensino.
Estrutura Física	2 com sede própria e exclusiva, 9 em local exclusivo alugado ou cedido, demais em local compartilhado (campus ou reitoria).
Estrutura de EaD nos campi	29 usam alguns campi como polos; 19 possuem estrutura de EaD em alguns campi.
Administrativos efetivos	2 instituições não têm, 17 tem até 5, nove têm entre 6 e 10, cinco têm entre 11 e 20 e apenas quatro possuem mais de 20.
Docentes efetivos	apenas 11 instituições possuem.
Funções	CD2 (1 instituição), CD3 (23), CD4 (12), FG1 (17), FG2 (16)
Cursos	33 instituições possuem cursos da e-Tec, 13 possuem cursos da UAB, 11 cursos sem fomento, 6 núcleos gestores de EaD também possuem cursos presenciais.
Formato de oferta	6 (nos campi), 8 (na unidade de EaD), 24 em ambos.

Tabela 3: Parte dos resultados da pesquisa realizada com a Rede Federal em julho de 2016.

## 6 | CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este artigo teve como objetivo apresentar o retrato do processo de institucionalização da EaD na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a partir do resultado do trabalho realizado pelo GT de institucionalização da EaD do FDE/Conif.

O objetivo maior do grupo de trabalho foi a incorporação da EaD nas atividades regulares das instituições da Rede EPT, visando a uma educação híbrida, em que a educação presencial e a distância coexistem e se completam de forma sinérgica. E que isto aconteça independente de recursos de fomento externos, tais como de programas como UAB e e-Tec. Apesar destes programas serem de suma importância

para a expansão da EaD e para levar educação a locais remotos e a pessoas que não teriam acesso em outras condições, é importante as instituições continuarem suas ações de EaD mesmo sem tais recursos externos, ou seja, contando apenas com recursos da matriz orçamentária.

O levantamento aqui apresentado deu subsídio para que outras ações fossem realizadas pelo GT, tais como: apresentar proposta de carga horária docente para EaD; propor estruturas de núcleos gestores de EaD; estabelecer alterações na matriz orçamentária do Conif no que se refere a cursos a distância; identificar modelos e metodologias de EaD; e indicadores.

Como resultado do presente trabalho, vemos que, por falta de diretrizes do Ministério da Educação quanto ao processo de institucionalização da EaD, as instituições públicas seguiram caminhos diferentes e a situação hoje é bastante diversificada. O próprio Conif, apesar de ter iniciado algumas discussões em nível nacional, não teve avanços significativos em emanar diretrizes até o início dos trabalhos deste GT.

Percebe-se que a Rede Federal carece de avançar na oferta de cursos institucionalizados, tendo ainda forte dependência dos programas de fomento externo. Esta dependência implica em um quantitativo relativamente pequeno de alunos a distância quando comparado a outros países e mesmo internamente no Brasil quando comparado à iniciativa privada. Um dos motivos para tal fato deve-se à não definição de diretrizes, conforme já mencionado. Outro fator é a não distinção que existia na matriz orçamentária entre cursos com e sem fomento externo. Um curso sem fomento externo exige gastos muito maiores da instituição, uma vez que não conta com bolsistas e recursos de custeio e capital adicionais.

Outro aspecto importante identificado é a falta de uma estrutura melhor definida para a gestão de EaD. Falta uma estrutura organizacional bem definida, faltam profissionais efetivos, funções gratificadas, estrutura física adequada, entre outros.

Assim, é importante avançar nesses aspectos e em outros, tais como nas discussões de educação híbrida, visando a indissociabilidade entre educação presencial e a distância; em projetos em rede, envolvendo diversas instituições da Rede Federal; na maior utilização dos campi como polos de apoio presencial, utilizando a capilaridade da Rede; nas discussões sobre mobilidade docente, em que docentes de um campus possam atuar em outros campi ou mesmo em outra instituição; nas discussões sobre fomento híbrido, com utilização tanto de recursos próprios como de recursos externos; novas discussões sobre matriz orçamentária e indicadores; assistência estudantil para alunos EaD, entre outros.

## REFERÊNCIAS

Bacich, Lilian. Moran, José. **Aprender e ensinar com foco na educação híbrida**. Revista Pátio, nº 25, junho, 2015, p. 45-47. Disponível em: <http://www.grupoa.com.br/revistapatio/artigo/11551/aprender-e-ensinar-com-foco-na-educacao-hibrida.aspx>. Acesso em 17 de jul. 2018.

BRASIL. Decreto no 5.800, de 08 de jun. 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB**. Brasília: Diário Oficial da União de 09 de jun. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm). Acesso em 17 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto no 7.589, de 26 de out. 2011. **Institui o Sistema e-Tec Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União de 27 de out. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm). Acesso em 17 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei no 11.892, de 29 de dez. 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União de 30 de dez. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em 18 jul. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOORE, Michael G., KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

NUNES, Vanessa Battestin; Passos, Marize L. S; Sondermann, Danielli V. C.; Baldo, Yvina P.; Costa Junior, José Mário. **A Trajetória da Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal do Espírito Santo: Desafios e Conquistas**. In: XII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD), 2015, Salvador - BA.



## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**PEDRO FAUTH MANHÃES MIRANDA** Professor de Direito, Sociologia e disciplinas afins, atualmente nas instituições Sociedade Educativa e Cultural Amélia (SECAL) e Instituto de Filosofia e Teologia Mater Ecclesiae (IFITEME). Advogado inscrito na OAB/PR, sob o nº 48.361. Doutorando em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) - CAPES 6. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bacharel em Direito, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), e em Ciência Política, pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduando em Licenciatura em Sociologia (2018-), pela Universidade Paulista (UNIP). Possui interesse na pesquisa dos seguintes temas: democracia, direitos humanos, estado democrático de direito, participação social e efetivação de políticas públicas, sempre por meio da interdisciplinaridade entre as Ciências Sociais e a Jurídica.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-459-7



9 788572 474597